

A presente comunicação procura analisar como uma Escola de Segunda Oportunidade enfrentou o desafio crucial de promover o direito à educação, equidade e inovação educacional, ao longo de um percurso de cinco anos de existência.

**Palavras chave:** Equidade, inovação em educação, justiça social.

Florentino Silva é coordenador pedagógico da Escola Segunda Oportunidade de Valongo e possui uma extensa trajetória profissional no apoio a jovens em situações de exclusão social e abandono escolar precoce. Com experiência no campo da educação e formação de adultos, coordenou projetos relevantes, incluindo iniciativas do Programa Escolhas, Erasmus e Corpo Europeu de Solidariedade. É Licenciado e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade do Porto e atualmente doutorando em Equidade e Inovação em Educação na Universidade de Santiago de Compostela.

### **SPCE24-45643**

#### **: Educação Antirracista no Ensino Superior em Portugal: contributos a partir de uma experiência de investigação**

*Ana Pádua - CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto*

*Pedro D. Ferreira - CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto*

*João Caramelo - CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto*

*Isabel Menezes - CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto*

*Dalila Pinto Coelho - CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto*

Apesar dos esforços encetados, o Ensino Superior continua a ter um papel importante na continuidade de lógicas de discriminação racial. Nesta medida, tem-se destacado a importância do Antirracismo como forma de ação afirmativa e dos processos participativos no combate ao Racismo. Em Portugal, esta é uma problemática escassamente explorada e que carece de maior aposta. Neste âmbito, o projeto "LED-EAR - Laboratório de Educação para o Desenvolvimento e Antirracismo: potencialidades, desafios e efeitos" procura, através de uma abordagem de investigação-intervenção, focalizar a discussão em torno do (Antir)racismo no Ensino Superior. O Laboratório, que se visa criar no projeto, constituirá um espaço, aberto à comunidade académica, de reflexão, aprendizagem e produção de conhecimento relevante neste âmbito.

Esta comunicação refletirá sobre o processo de preparação deste Laboratório, incidindo na vivência e contributos de um grupo de trabalho, criado para o efeito. Este grupo, complementar à equipa do projeto, é constituído por investigadores/as na área da Educação, Antirracismo, Interculturalidade, Migrações e Ensino Superior. A partir de posicionalidades diversas, este grupo, em desenvolvimento, contribuirá para pensar princípios, temáticas, estruturas e modos de condução das sessões do referido Laboratório (dimensão da intervenção), bem como os instrumentos de registo da experiência de participação no mesmo (dimensão da investigação). A comunicação centra-se na análise dos registos destas sessões preparatórias, através de uma plataforma de trabalho colaborativo online e de guiões de discussão com o grupo. Informados pela literatura, serão refletidos dados e temas emergentes do (Antir)racismo, educação e ensino superior, bem como sobre identidades, experiências e representações.

Para além de permitir aceder a reflexões de natureza teórica, pedagógica e vivencial, e de ilustrar o desenho colaborativo de espaços formativos, esta constitui uma experiência-piloto, com

uma dimensão coletiva e antirracista na sua génese, relevante no desenvolvimento de futuras iniciativas educativas e linhas de investigação.

**Palavras chave:** Educação antirracista; Racismo; Ensino superior; Pedagogias colaborativas.

Menezes, I., Brocardo, J., & Malhó, L. (2020). Recomendação do Conselho Nacional de Educação no 5/2020, de 20 de novembro Cidadania e Educação Antirracista. <https://files.dre.pt/2s/2020/11/227000000/0006200068.pdf>

Répubblica Portuguesa. (2021). Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025. <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/igen/Documents/Plano-Nacional-Combate-Racismo-e-Discriminacao-2021-2025.pdf>

Sian, K. (2024). The Anti-Racist Research Toolkit. Vulnerability & Policing Futures Research Centre. <https://www.york.ac.uk/media/sociology/documents/anti-racism-toolkit.pdf>

Turney, L., Law, I., & Phillips, D. (2002). Institutional Racism in Higher Education Building the anti-racist university: a Toolkit. <https://cers.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/97/2013/05/the-anti-racism-toolkit-doc>

UNESCO. (2023). Fighting racism and discrimination: a UNESCO toolkit. UNESCO. <https://doi.org/10.54678/RYIW3623>

Verma, A. (ed.) (2022). Anti-racism in Higher Education. An action guide for change. Policy Press.

## SPCE24-48100

### As políticas de ação afirmativa/cota da/na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

*Cadia Carolina Morosetti Ferreira - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM*

*Rosane Carneiro Sarturi - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM*

O presente estudo tem por objetivo verificar se as condições de implantação da política de cotas na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA ampliaram o acesso de estudantes egressos de escolas públicas e dos recortes socioeconômico e racial nos cursos de graduação. O estudo fundamenta-se na análise de conteúdo (BARDIN, 2011), considerando fontes como: relatórios institucional (quantitativos e qualitativos); pareceres e resoluções de instâncias que normatizaram o Programa de ações afirmativas/cotas na UNIPAMPA. Busca-se entender o sentido de justiça social incorporado às condições de acesso. A política de cotas, como ação afirmativa, é justificada pela justiça social e equidade, conforme a perspectiva de Rawls (1997), que define uma sociedade bem-ordenada como aquela em que todos aceitam os mesmos princípios de justiça, com as instituições atendendo a esses princípios. Entende-se que os documentos selecionados são representativos de decisões de atores que dão significado institucional à política de cotas na Universidade. No Brasil, ao longo do tempo, as ações afirmativas acabaram consolidando-se como mecanismos da luta antirracista na disputa pela ocupação dos espaços de prestígio e poder que possibilitam mudança social. É garantido a um grupo de sujeitos plurais diversas modalidades de políticas públicas, tais como: estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência, quilombolas, imigrantes, entre outros. O acesso aos cursos de graduação por ações afirmativas implementada pela universidade no ano de 2009, assim como as políticas criadas por força da Lei n.º 12.711/2012 (BRASIL, 2012), geraram uma transformação da Educação Superior. Os resultados preliminares da pesquisa apontam que, ainda que a política de cotas tenha promovido maior diversidade e justiça social, rompendo com a hegemonia de estudantes brancos, o sistema de cotas na instituição precisa ser permanentemente avaliado, debatido e aprimorado. Sendo assim, para garantir a igualdade de oportunidades, é necessário ampliar e fortalecer os programas de permanência para cotistas.

**Palavras chave:** Ação Afirmativa; Cota; Educação Superior, Justiça Social e equidade.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas uni-